

Os arquivos escolares como fonte para a história da educação

*Nailda Marinho da Costa Bonato**

Resumo:

O texto trata do uso e do potencial dos arquivos escolares como fonte para a pesquisa na área de história da educação. Reflete sobre a necessidade de preservação desses acervos, o que deve ser preservado, o conceito de arquivos escolares e a legislação pertinente a sua guarda. Aponta algumas ações que vêm sendo desenvolvidas pelos pesquisadores dessa área do conhecimento visando esse tipo de arquivo, tendo em vista o diálogo necessário com a história, a arquivologia e a informática.

ARQUIVOS ESCOLARES; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; LEGISLAÇÃO; PRESERVAÇÃO.

* Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Educação na área de História, Filosofia e Educação pela UNICAMP.

The school archives as a source for the history of the education

*Nailda Marinho da Costa Bonato**

Abstract:

The text relates the use and the potential of the school archives as source for the research in the area of the history of the education. It reflects on the necessity of the preservation of these collections, which must be preserved, the concept of the school archives and the legislation pertinent to their guard. It points some actions that have been developed by the researchers of this area of the knowledge who are aimed at this type of archive, keeping the necessary dialogue with the history, the archivistic and the computer science in mind.

SCHOOL ARCHIVES; HISTORY OF THE EDUCATION; LEGISLATION; PRESERVATION.

* Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Educação na área de História, Filosofia e Educação pela UNICAMP.

O I Congresso Brasileiro de História da Educação contou com um eixo temático intitulado “Fontes, categorias e métodos de pesquisa em história da educação”; nele, foram apresentados trinta trabalhos. Ficou evidente a ampla utilização por parte dos pesquisadores de fontes oficiais como séries legislativas, relatórios, pareceres, discursos de autoridades políticas, entre outras, para compreender-se o fenômeno educativo. Porém, observa-se, na investigação educacional, a emergência de novas fontes, tais como a fotografia, o material escolar, relatos de viajantes, diários íntimos, *arquivos escolares*, fontes orais, ao lado de produtos culturais como a literatura e a imprensa pedagógica. Essas e outras como cartuns, jornais, semanários e revistas, livros didáticos, imagens de filmes também se destacaram no segundo congresso¹ como novas fontes trazidas ao trabalho do historiador da educação.²

Sólis (1992) classifica os documentos como: textuais (manuscritos, datilografados, impressos, microfilmados etc.), iconográficos (fotos, *slides*, desenhos, croquis, gravuras, pinturas etc.), cartográficos (mapas e plantas), gravações sonoras e audiovisuais, entre outros. A espécie documental, para ele, pode ser definida a partir das funções que desempenham e para as quais são produzidos os documentos: “documentação técnica, contábil, pessoal, previdenciária” ou apenas “resumos, relatórios, fichamentos, correspondência, memorandos, comunicados internos, registros médicos e *escolares* etc.” (p. 55, grifo meu).

Neste artigo, vou tratar do uso dos arquivos escolares como fontes para a história da educação no Rio de Janeiro. Antes, faz-se necessário trazeremos o conceito de arquivo. Em 1898, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, elaborado pela Associação dos Arquivistas Holandeses define arquivo como:

Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por

-
1. Os congressos foram realizados por iniciativa da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). O primeiro na cidade do Rio de Janeiro e o segundo em Natal. Fundada em setembro de 1999, a SBHE congrega pesquisadores e docentes da área de história da educação.
 2. Ver Xavier (2000) e Araújo (2002).

um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário [p. 13].

A lei brasileira n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências aprova, em seu art. 2º, que para fins dessa lei, consideram-se arquivos:

os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação e natureza dos documentos [apud Mattar, 2003, p. 99].

Analisando a referida lei em uma palestra proferida no III Colóquio do Museu Pedagógico, em 2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), o especialista em direito Ruy Hermann Araújo Medeiros, entende que a Lei não se contentou com a origem e o produtor do documento, nem tampouco tratou apenas do documento público, mas em seu conceito de documento envolveu os documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos; os documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público e entidades privadas; os documentos produzidos e recebidos por pessoa física; e também o suporte da informação ou natureza do documento (papel, filme, documento, documento público, documento privado). Sendo assim, a lei alargou o conceito de documento, sendo mais abrangente do que aquele trazido pelo *manual*, indo além do domínio da burocracia para o domínio geral da cultura, pois reconhece a necessidade de proteção de documentos não burocráticos, oficiais. Considerando essa conceituação legal de arquivo, podemos dizer que o arquivo escolar é um conjunto de “documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou a natureza dos documentos” (Medeiros, 2003).

Medeiros explica, ainda, que as escolas particulares exercitam a liberdade de ensino, mas exercem *mínus* (ofício) público, pois para isso são autorizadas ou reconhecidas. Esse fato tem grande importância para a real compreensão dos arquivos das escolas particulares, sobretudo sobre

seus arquivos permanentes. Com isso, podemos entender que esses arquivos, no que dizem respeito aos atos decorrentes de *mínus* públicos, são de interesse público. Mesmo que não esteja na conceituação legal de arquivo público, quando uma escola particular (privada) é extinta, seus arquivos devem ser transferidos à guarda pública; assim, os arquivos escolares da rede privada serão públicos por destinação, porém essa transferência é quanto aos documentos que decorram de atribuições públicas exercidas pela escola particular, tipo os relativos a transferências, históricos escolares, atos de colação de grau, entre outros.

Por exercerem *mínus* público, as escolas estão obrigadas a preservar seus arquivos. Os arquivos das escolas públicas ficam nestas ou, após algum tempo, os seus conjuntos documentais permanentes são confiados a arquivo público³. A opção por deixar os documentos nas escolas ou de, decorrido algum tempo, transferi-los para um arquivo central ou regional será objeto de opção normativa da administração pública. Observe-se que há níveis de autonomia de União, Estado, Distrito Federal e municípios. Os arquivos escolares têm por finalidade serem meio de prova de direito de pessoas ou da administração. Mas também têm função informativa para administração pública, pois a ela podem oferecer informações, por exemplo, “da evolução do oferecimento do número de vagas, de repetência, evasão escolar, etc.” Mas, os documentos escolares têm também valor histórico-cultural. Para os historiadores, tais documentos são fontes para a história da educação, *manifestação ou representação da memória*, nos diz Medeiros.

Concretamente, os arquivos escolares apresentam múltiplas possibilidades de pesquisa científica. Através desses acervos é possível conhecer as atividades administrativa e pedagógica de transformação da educação ao longo do tempo. Na pesquisa para a produção da minha

3. No município do Rio de Janeiro, as escolas são responsáveis pela sua documentação até sua extinção. Quanto às escolas estaduais, um projeto de organização e recuperação da documentação referente às escolas extintas do estado do Rio de Janeiro foi desenvolvido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em convênio com a Secretaria Estadual de Educação. O projeto teve a participação de estagiários das escolas de arquivologia e educação, porém não foi concluído.

tese doutorado⁴, um ofício recebido da Diretoria Geral de Instrução Pública, datado de 1925 e assinado por Antonio Carneiro Leão⁵, para a diretora da Escola Paulo de Frontin foi de grande valia. Nele, o diretor comunica a nomeação de uma comissão para rever os programas dos cursos profissionais tendo em vista as “exigências da pedagogia moderna”, o qual transcrevo abaixo.

Directoria Geral de Instrução Pública

Districto Federal, 23 de janeiro de 1925.

Sra. Directora da Escola Paulo de Frontin

Esta Directoria desejando estabelecer uma relação mais íntima entre o ensino das diferentes matérias e os trabalhos das oficinas resolveu promover a revisão dos programmas do curso de adaptação, de modo que a cultura ahí ministrada obedeça á verdadeira finalidade de uma escola profissional.

Para isso faz-se também necessario uma revisão no programma de trabalhos das proprias oficinas. Nomeada uma comissão para proceder taes estudos, que esta Directoria receber dos Srs. Directores de Escolas Profissionais as suggestões que o conhecimento, a longa experiência e o interesse pela instrução profissional lhes merece de modo a ser possível a elaboração de um trabalho que, dentro das exigências da pedagogia moderna e das possibilidades technicas do nosso meio, corresponde mais realmente as nossas necessidades actuaes.

Assim, Sra Directora, deveis remetter até 15 de Fevereiro proximo futuro todas as suggestões e modificações que julgeis proveitosos ao bom andamento do ensino profissional na Capital do Brasil.

Saudações

O Director Geral

A. Carneiro Leão

-
4. A tese estuda a escola profissional para o sexo feminino tendo como fonte privilegiada a imagem fotográfica de Augusto Malta, contratado pela prefeitura na gestão de Pereira Passos (1902-1906) permanecendo na função até 1936. Esse tipo de escola foi instituída na esfera pública de ensino do Distrito Federal na Primeira República como Instituto Profissional Feminino (1898), Primeira Escola Profissional Feminina [Bento Ribeiro] e Segunda Escola Profissional Feminina [Rivadavia Correa] (ambas em 1913) e Escola Profissional Paulo de Frontin (1919).
 5. Diretor da Diretoria Geral de Instrução Pública Municipal no período de 1922-1926.

No artigo “Arquivo escolar: fonte de pesquisa histórica” João Valdir Alves de Souza informa que o “arquivo morto” (sic) da Escola Estadual Lauro Machado, localizada no município de Turmalina, Alto Jequitinhonha, uma região nacionalmente conhecida pelos seus indicadores de pobreza, possui documentos totalmente inéditos e de inestimável valor para se estudar e conhecer a história da educação local. E, para corroborar sua afirmação, analisa o livro de *Termos de visitas das autoridades escolares* em forma e conteúdo. No termo de abertura feito por um inspetor regional a 12 de junho de 1913, consta que o livro se destinava à “Inspeção técnica” da “escola do sexo masculino” do então “districto de Piedade de Minas Novas.” Sousa diz nos que “às vezes um documento é mais relevante pela forma como foi elaborado do que pelos conteúdos que porta” (1998, p. 16). Cobrindo os períodos de 1913 a 1939, 1939 a 1972, 1973 a 1986 nele é possível identificar também as modificações sofridas no que se refere aos registros por parte dos inspetores.

Um documento escolar pode caracterizar-se como fonte e objeto de pesquisa. De acordo com Medeiros:

Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. Não toda, é claro. Mas também não só memória, mas memórias: Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial [2003, p. 6].

Mas o que vem a ser documento? Nos arquivos escolares, o que merece ser preservado? Vidal diz nos que é importante “guardar peças que permitam perceber facetas do cotidiano (e não simplesmente repõem a lógica organizacional e legal das instituições) e referenciar as informações contidas nos documentos (desenvolvendo índices, guias de fontes, dicionários e *thesaurus*)” (2000, p. 41).

Uma amostra significativa do que os historiadores da educação entendem por documento está no artigo “Arquivo Fernando de Azevedo: instrumentos e pesquisa em fonte primária” Paulilo, Silva, Vidal et al., 1999, em que os autores, ao tratarem das mudanças trazidas pela refor-

ma, nos apresentam as multiplicidades de elementos que naquele momento passaram a fazer parte da cultura e das práticas escolares. Assim se expressam:

Caracterizada por uma intensa renovação da materialidade escolar e dos métodos pedagógicos, a reforma Azevedo introduziu nas escolas novos objetos como, por exemplo, projetores de imagem fixa e em movimento, caneca, sabão, e escovas de dentes e ressignificou antigos, como tabuleiros de areia, vasilhas, tubos de ensaio, pretendendo transformar o ensino “de verbalista em ativo” e concorrendo para preservar condutas higiênicas, de forma a disciplinar gestos, olhares e corpos de alunos e alunas [idem, p. 203].

O arquivo Fernando de Azevedo faz parte do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). O objetivo de seus pesquisadores a partir de um projeto iniciado em 1996 é: “Fazer um inventário desta materialidade e conhecer a diversidade metodológica, investigando as estratégias de modelação postas em uso no espaço e perscrutando suas diferentes apropriações por professoras, professores, alunos e alunas, dentre outros [...]” As perguntas são: quantas escolas guardaram esse tipo de material? Será que seus arquivos espelham essa transformação? Será que esse material foi guardado? Ainda encontramos os arquivos como memória educacional de uma época?

Concordo com Medeiros quando diz que ao historiador da educação não bastam os documentos escritos oficiais. Fontes orais, cadernos escolares, desenhos, antigos livros didáticos e atlas escolares, filmes, fitas cassete e fotos, também nos interessam. O acervo arquivístico de uma escola é formado, essencialmente, em decorrência de atividades administrativas e de suas práticas pedagógicas formais e informais. As primeiras produzem documentos de secretaria, porém é no cotidiano da sala de aula, *locus* principal das atividades pedagógicas, onde são “produzidos” materiais diretamente relacionados ao processo ensino-aprendizagem. Isto posto, podemos perguntar se a lei 8.159 protege qualquer tipo de documento, fruto dessa relação, da eliminação arquivística? Por exemplo, documentos importantes para estudar-se o cotidiano das escolas, mas que não são de interesse público nem administrativo?

Belloto, em 1991, preocupada com a descrição documental, chama atenção dos arquivistas para levarem em consideração que a documentação produzida é assustadoramente crescente e de grande diversidade, em razão do surgimento de novas espécies documentais, novos testemunhos, novas fontes, afetando à pesquisa histórica. Esse fato constitui-se um desafio para a produção dos instrumentos de pesquisa, pois essa nova realidade vem ameaçando a sua tipologia e a sua estrutura clássica. Pergunta ela: “Será que guias, inventários, catálogos e índices tradicionais refletem as novas fontes, as inquietações dos novos pesquisadores e as novas temáticas da história? (Belloto, 1991, p. 106). Sabemos que a elaboração de um instrumento de pesquisa não é tarefa fácil e nem rápida, exigindo várias etapas anteriores no trato com a documentação, por isso, é preciso que os arquivistas entrem nessa discussão o mais rápido possível, para que no caso de uma organização técnica dos arquivos escolares não se percam documentos de valor inestimável para o estudo da história.

Para tentar resolver esses e outros problemas colocados, Vidal preocupada com o *descarte documental*⁶ tendo como foco os arquivos escolares, aponta a necessidade de um diálogo entre arquivistas e historiadores. Esse diálogo faz-se urgente, principalmente, se considerarmos as mudanças paradigmáticas que vêm ocorrendo nos últimos anos no campo da pesquisa historiográfica.

Creio que, inicialmente, quatro aspectos devem ser analisados na construção dessa “política” [de preservação e descarte documental] atinentes às mudanças que vêm se operando nos últimos anos no campo historiográfico: o interesse pelo cotidiano e pela materialidade dos objetos culturais e a necessidade do descarte e da referenciação documental. [...] vou me restringir à discussão acerca principalmente dos arquivos escolares... [Vidal, 2000, p. 38].

6. Toda documentação eliminada, seja por um motivo de avaliação ou por motivo de deterioração, deve ser registrada na “lista de eliminação”, sendo autorizada pela autoridade competente e assinada pelos envolvidos no processo.

No caso dos arquivos escolares, o processo de avaliação de documentos⁷ e a produção da tabela de temporalidade⁸, dois procedimentos definidores do ciclo de vida dos documentos, podem gerar perdas documentais inestimáveis considerando que o saber/fazer da arquivologia ainda se funda no paradigma de conhecimento tradicional. Nesse sentido, a fala de Vidal é significativa ao trazer a origem da arquivologia.

Criada no fim do século XIX e dirigida principalmente para garantir o fluxo corrente de informações em empresas e órgãos públicos, a Arquivologia percebe o documento na sua importância institucional e legal. As tabelas de temporalidade que constitui pretendem assegurar sua vida pelo prazo necessário à função que o ocupa na hierarquia da instituição. Nesse sentido, o descarte se faz sempre que o documento perde a “validade”. Preserva-se, em geral, um exemplo, quando os documentos são do mesmo tipo, toda a documentação que repõe a organização (organograma) e remete à constituição histórica da empresa ou instituição, ou que informa sobre algumas de suas personagens principais (diretores, presidentes, dentre outros). A lógica é a da história política e econômica. Todo o cotidiano das relações pessoais estabelecidas tende a se perder [idem, *ibidem*].

Assim, tendo em vista a tradição arquivística, no que se refere aos arquivos escolares, num processo de descarte, os primeiros documentos que podem ser eliminados do *arquivo*, entendido como *morto*, são os “cadernos de alunos, planos de aula, diários de classe”. No entanto, o *Diário Oficial*, por se tratar de um documento oficial produzido pelo

7. No *Manual de levantamento da produção documental*, produzido pelo Arquivo Nacional, 1986, encontramos a seguinte definição de avaliação: “Estabelecimento de preceitos capazes de orientar a ação dos responsáveis pela análise e seleção de documentos, com vistas à fixação de prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos” (apud Vidal, 2000, p. 33).

8. Tabela de temporalidade é um instrumento de destinação de documentos que deve ser aprovado por autoridade competente, que determina os prazos que os documentos devem ser mantidos nos arquivos correntes e intermediários até a sua destinação final, ou seja, indica a época em que os documentos devem ser reproduzidos, eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente (idem, p.34)

poder público, não é descartado, dessa forma “pilhas e pilhas de Diário Oficial atolam os arquivos, multiplicadas nas unidades escolares”. Isto eu pude constatar em alguns arquivos nos quais pesquisei. Ao jogar-se fora a documentação de professores e alunos, personagens de uma *nova história*, junto jogam-se possibilidades de estudar-se o cotidiano, por exemplo, dessas escolas.

Sólis (1992), pelos mesmos motivos, é outro pesquisador que vem juntar-se a Vidal, quando critica a organização arquivística clássica dada aos documentos. Para ele, a forma de avaliação e arranjo adotados para a documentação arquivística, de um modo geral, fez com que se perdessem, de uma forma ou de outra, muitas fontes sobre nossa história social e econômica, desprezando-se registros documentais probatórios do cotidiano, do trabalho, da cultura do povo, do cidadão não ilustre. E, então, louva a revisão historiográfica feita pelos “modernos historiadores que possibilitou o repensar das teorias arquivísticas”. Assim, por exemplo, a história econômica, a história social, a história do cotidiano, a história das mentalidades, e acrescento, a história da educação, utilizam séries documentais como fontes “que permitem avaliar os processos históricos em seu conjunto – e não em momentos ou fatos pinçados ao acaso, segundo a ‘versão oficial’”. Essa possibilidade, diz ele, eliminou, diria eu minimizou, a disputa entre os arquivistas e historiadores e “permitiu o desenvolvimento da arquivologia moderna” (1992, p. 59).

Considerando a discussão posta anteriormente, no caso dos arquivos escolares, reivindico junto com Vidal, que seja feito um trabalho em parceria entre arquivistas, historiadores e “informatas”, visando apresentar propostas de implantação e implementação de critérios de avaliação, recuperação, preservação, conservação, classificação, arranjo e descrição⁹, organização e acesso a esse tipo de acervo. Isto contribuirá para que documentos importantes para o estudo da história da educação

9. Onde se elaboram os instrumentos de pesquisa. Entendidos como um meio de disseminação e recuperação da informação são produzidos em arquivos no processo de arranjo e descrição de documentos. São instrumentos de pesquisa: guias, catálogos, índices, inventários, repertórios, tabelas de equivalência, entre outros.

não sejam eliminados; e, também, para minimizar o trabalho do pesquisador na busca dessas fontes.

Vasculhando arquivos escolares e educacionais: uma trajetória

Resgato em minha trajetória profissional, o meu contato mais sistemático¹⁰ com arquivos escolares e educacionais. O primeiro encontro aconteceu em 1987¹¹, quando participei da equipe que realizou um “Diagnóstico das bibliotecas e arquivos escolares”,¹² que tinha como um de seus objetivos: “fazer um levantamento de dados da realidade arquivística das escolas estaduais no município de Niterói.” Entre 1990 e 1991, tive a oportunidade de trabalhar, como técnica de pesquisa, com a Série Educação, no Arquivo Nacional.

Continuando a trajetória, elaborei individualmente ou em equipe, projetos de avaliação, organização e de pesquisa¹³ com esse tipo de acervo. Destaco os projetos: “Arquivo, educação e cidadania“, desenvolvido no município de Queimados, Rio de Janeiro, como parte do programa de extensão “Escola Cidadã: uma experiência em construção”, da UNIRIO; e, “Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa”, que visou mapear e elaborar um diagnóstico da situação em que se encontravam os arquivos escolares no Rio de Janeiro, no que se refere ao tipo de fonte, grau de conservação, arranjo e descrição, quantificação,

10. Digo sistemático, porque vinha trabalhando em escolas desde 1980 como professora do ensino fundamental e orientadora educacional, duas funções propiciadoras de produção de documentos e de consultas aos arquivos das escolas.

11. Formada em pedagogia em 1983 estava, naquele momento, no último período do curso de arquivologia, na Universidade Federal Fluminense (UFF).

12. Subprojeto do “Projeto de integração para a melhoria dos cursos de graduação na área do Centro de Estudos Gerais (CEG) da UFF”.

13. Muitos não foram concretizados por motivos independentes de nossa vontade. Em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o projeto “A revitalização do arquivo do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ)”, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ); e “Memória da educação: implantação do Arquivo Histórico do Colégio Salesiano”.

local de instalação, recursos humanos e materiais, informando a pesquisadores e ao público em geral das condições de acesso e uso desses acervos. Como recorte, trabalhou-se com escolas fundadas no século XIX.

A busca de fontes para o desenvolvimento da tese de doutorado também me levou aos arquivos escolares. Atualmente oriento uma dissertação de mestrado em que a pesquisa terá como fonte esses arquivos¹⁴. No período passado, orientei uma monografia de graduação que trata do uso dos arquivos públicos como fonte de pesquisa por parte dos estudantes de ensino médio da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro¹⁵.

Os arquivos escolares como fonte e objeto de pesquisa

Ora, é sabido que a preocupação por parte de profissionais, legisladores e administradores de arquivos ainda não surtiu o efeito desejado por pesquisadores e o público em geral, quando se vêem diante da necessidade de pesquisá-los. Ainda hoje, o pesquisador para construir seu conhecimento esbarra, entre outras coisas, na desorganização dos arquivos. Assim, expressões como “foi impossível encontrar tal documento”, a “pesquisa foi prejudicada devido a deterioração de fontes necessárias”, são comuns aos nossos ouvidos. Para Lopes (1992), em “Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher”, vasculhar arquivos [escolares] para o desenvolvimento de pesquisa é uma tarefa árdua. Encontrar “livros de atas, livros de punições, livros de matrículas [...] é o que todas sonhamos, quase com volúpia”, diz-nos. Porém, levanta algumas questões sobre o acesso a essas fontes: “Mas é possível? Esse tipo de material estará disponível? Pelo menos em quantidade que dê para se ter um certo *corpus*? Às vezes sim, às vezes não”. Ela responde-nos afirmando: “E é isso que tem colocado um desafio bastante interessante para a história (dessa) educação” (Lopes, 1992, p. 6).

14. Projeto da mestranda Luciene de A. Simonini, intitulado “Semana de educação (1928-1935): do projeto da Associação Brasileira de Educação ao trabalho realizado nas escolas”. No momento, a pesquisa está fazendo o levantamento das escolas e seus arquivos.

15. Monografia desenvolvida por Denize Marinho, aluna do curso de arquivologia da UNIRIO.

A fala do Sr. José, funcionário da Conservatória Geral do Registro Civil, personagem criado por José Saramago em seu livro *Todos os nomes*, ao vasculhar o arquivo de uma escola na busca da “mulher desconhecida”, é ilustrativa das condições de preservação, conservação e acesso de grande parte dos arquivos escolares nos quais pesquisei; e representativa do trabalho que tive de empreender na busca dos documentos.

Abriu uma caixa, desatar um maço, cada movimento que fazia levantava uma nuvem de pó, a tal ponto que, para não acabar asfíxiado, teve de atar o lenço sobre o nariz e a boca, um processo preventivo que os auxiliares de escrita eram aconselhados a seguir de cada vez que tinham de ir ao arquivo... [1997, p. 111].

No meu caso, usei máscara, luva cirúrgica e jaleco para proteção, mas valeu a pena, pois a busca não foi infrutífera. A sensação do encontro com as fontes é gratificante. Ainda é Saramago com o sr. José que nos ajuda a ilustrar o sentimento do pesquisador quando encontra o que busca.

[...] havia umas quantas secretárias, um número igual de cadeiras, armários, arquivos, ficheiros, o coração do Sr. José sobressaltou-se ao vê-los, era disto que tinha vindo à procura, fichas, verbetes, registros, averbamentos, anotações, a história da mulher desconhecida *na época em que tinha sido menina e adolescente, supondo que depois deste não houve outros colégios em sua vida*. [...] O primeiro verbete apareceu ao cabo de meia hora. A menina deixara de usar franja, *mas os olhos, nesta fotografia tirada aos quinze anos*, conservavam o mesmo ar de gravidade dorida [idem, pp. 98 e 111, grifos meus].

Em algumas escolas, o espaço destinado à documentação acumulada é identificado como *arquivo morto*. Até hoje, essa é uma velha e incorreta denominação para a documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade e descartável. Quanto a essa questão, no artigo intitulado “Memória da educação: preservação de arquivos escolares” (Bonato, 2000), publicado na revista *Presença pedagógica*, digo ser importante buscar parcerias com arquivos públicos, entendendo essa ação como uma possibilidade de preser-

vação dos arquivos escolares: “dessa maneira, não teremos mais o ‘arquivo morto’, expressão utilizada erroneamente para caracterizar a documentação acumulada, que se encontra geralmente desorganizada e sujeita a agentes destruidores como fungos, insetos, anóbios, poeira, e até mesmo o próprio homem” (Bonato, 2000, p. 47).

Ribeiro (1992), em “arquivos das escolas”, trata desses arquivos a partir dos resultados de um “Diagnóstico dos arquivos privados na cidade do Rio de Janeiro”, realizado em 1985, pelo extinto Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento). Das escolas objetos daquele diagnóstico, duas incluídas na amostra de trinta, haviam acabado de criar pequenos museus, em que já realizavam exposições sobre sua própria história. Essa mesma atenção não é dedicada aos arquivos, estes “últimos apenas emprestam documentos para a exposição, permanecendo, no entanto, literalmente, como ‘arquivo morto’” (p. 48). As escolas possuíam “arquivos ‘ativos e inativos’ (ou ‘mortos’), denominações que [revelavam] o predomínio de uma noção limitada da sua importância para a administração e, principalmente, para o conhecimento científico” (p. 53). De acordo com Ribeiro, não existia nas instituições educativas, com raras exceções, um sistema de arquivos baseado na teoria das três idades: corrente, intermediário e permanente. Essa teoria¹⁶, presente na legislação brasileira, também se aplica aos arquivos escolares.

Um regimento interno de uma escola, enquanto estiver em vigor será documento corrente, pois será consultado frequentemente. Documentos esco-

16. “Conforme a Teoria das Três Idades, os arquivos passam por três estágios de evolução: *arquivo corrente* ou da primeira idade – constituído de documentos em curso e consultados freqüentemente. De natureza administrativa, atendem às necessidades imediatas para as quais foram produzidos e por isso se conservam junto aos órgãos produtores; *arquivo intermediário* ou de segunda idade – nos quais os documentos não são mais consultados tão freqüentemente, porém ainda podem ser solicitados para retomada de alguma questão pelo órgão que os produziu. Já foram avaliados e aguardam destinação final de acordo com a Tabela de Temporalidade dos Documentos; *arquivo permanente* ou de terceira idade – constituído de documentos que perderam todo o valor de natureza administrativa, mas que se conservam definitivamente em razão de seu valor histórico ou probatório, de acordo com a avaliação documental; documentos para fins de pesquisa [...]” (Bonato, 2000, p. 47).

lares de alunos que concluíram [o ensino fundamental ou médio], durante algum tempo serão documentos intermediários, pois poderão ser consultados para informações. Históricos escolares de alunos, após algum tempo como documentos intermediários serão preservados de forma permanente em razão do valor histórico, probatório e informativo [Medeiros, 2003].

Em consequência do quadro apresentado por Ribeiro (2002), o que os historiadores costumam denominar de arquivo histórico não se constitui concretamente um arquivo permanente. Devendo ser definido por um criterioso processo de avaliação documental, o arquivo permanente, conforme aquela teoria, é constituído por conjuntos de documentos de terceira idade, acumulados organicamente de modo que retrate as atividades da escola.

Para a realização da tese busquei, coletei e resgatei documentos inéditos “esquecidos” não apenas em instituições oficiais de acervos arquivísticos, mas também em arquivos escolares¹⁷, entendendo que esses acervos ainda não foram devidamente explorados pelos pesquisadores. Na pesquisa utilizo a *análise documental* como procedimento metodológico, nesse sentido, alguns autores, ao teorizarem sobre esse procedimento na área de ciências humanas, entendem documento como “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Philipps apud Lüdke & André, 1986, p. 38). Leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e *arquivos escolares*, são relacionados (grifo meu). Esses últimos constituem acervos arquivísticos, contendo diversas espécies documentais, tais como as que encontrei no processo de pesquisa: dossiês de alunos, esses de volume mais expressivo; livros de atas de exames, de ocorrência, de fichas de matrícula, de estatística de alunas, de notas, de ponto de professores, “Índice das alumnas exter-

17. Os acervos escolares foram os seguintes: os arquivos das escolas municipais Rivadávia Correa, Bento Ribeiro, Orsina da Fonseca e do Colégio Estadual Paulo de Frontin.

nas”; portarias; diários de classe; guias de remessa de documentos; fotografias; justificativas de faltas de professores; ofícios, cartas e memorandos recebidos; atestados de frequência de professores; relação alfabética de alunas; programas de aula de ginástica e canto orfeônico; fichas de pedidos de transferência de professores para outras escolas e de licença especial; declaração para exame de madureza; relação de pré-matrícula; *Diário Oficial* do Estado, esse em grande quantidade, como bem apontou Vidal.

Porém, essa documentação, não sem exceções, estava desorganizada e sujeita a toda sorte de destruição, principalmente a referente ao período pesquisado em razão de o local de guarda ser inadequado. Essa situação dificultou muito a consulta, tornando-se muitas vezes um trabalho penoso. Frequentemente, temos de limpar e organizar a documentação antes de começar a pesquisa sobre a temática, o que demanda um longo tempo.

Conforme o *diagnóstico* mencionado por Ribeiro (1992), os arquivos escolares geralmente são precários, cerca de dois terços dos espaços onde estão guardados os documentos são inadequados, pois têm problemas de ventilação e iluminação, excesso de umidade, poeira etc. Conseqüentemente, estão presentes na documentação poluentes atmosféricos, insetos, fungos, anóbios, traças, entre outros problemas detectados e causadores do processo de destruição. Diz jocosamente Ribeiro: “Os insetos, roedores e microorganismos, também se ‘interessam’ por estes arquivos, freqüentando-os muito” (p. 55). Em grande parte dos arquivos, o acondicionamento dos documentos é feito em pastas, envelopes, encadernados, caixas de papelão; mas, são também encontrados empilhados e sem nenhuma proteção. Em razão do quadro descrito dificilmente encontrou-se um instrumento de pesquisa para recuperação da informação/documento. O acesso aos documentos muitas vezes era feito pela memória dos funcionários responsáveis.

Pelo que pude constatar, o quadro não se alterou muito nesses anos. Encadernações com capas soltas, folhas acidificadas, rasgadas e coladas são exemplos a serem trazidos, quanto à situação dos documentos. Em mais da metade dos arquivos, havia documentos sendo danificados, e por isso merecendo cuidados especiais; documentos em estado tão

crítico que se tornaram irrecuperáveis até pelo processo de restauração¹⁸, o que é lamentável. A falta de recursos financeiros e materiais, de mão-de-obra especializada para o trato da documentação, provocando o manuseio inadequado, vem aliar-se aos fatores relacionados. Fica evidente que a forma de preservação¹⁹ e conservação²⁰ da documentação por parte das escolas podem constituir-se uma barreira no processo de pesquisar em seus arquivos.

Quero registrar que em algumas escolas a documentação mais antiga estava, mesmo que de forma frágil, cuidada e identificada; pacotes, envelopes e caixas, trazendo datas-limite e tipo de documento, surgiram; em certos casos, a documentação mais recente estava bem organizada. Por ter valor probatório e, em consequência, ser consultada com certa frequência, a série documental dossiês de alunos, é um exemplo.

Realmente, foi um desafio vasculhar esses arquivos. Porém, pude encontrar documentos pouco ou nada explorados, que ajudaram a pensar o meu objeto de estudo: a educação profissional feminina. Chamo atenção para o uso dos arquivos escolares como fontes para a história da educação, da seguinte forma:

-
18. As ações de conservação preventiva são aconselhadas por serem mais econômicas, dando uma longevidade ao documento, evitando com isso uma intervenção mais radical como a restauração. Esse processo é muito mais caro e agressivo, fragilizando o suporte de papel. Embora conceitualmente seja entendida como: “um conjunto de procedimentos que visa recuperar, o mais próximo possível, o estado original de uma obra ou documento” (Silva, 1998, p. 9).
 19. Aqui destacamos o conceito de preservação trazido por Silva (1998): “[...] toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. É o ‘guarda-chuva’, sob o qual se ‘abrigam’ a conservação, a restauração e a conservação preventiva” (p. 9).
 20. Tecnicamente conservação é entendida como “um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das gerações futuras”. Já conservação preventiva “abrange não só a melhoria das condições do meio ambiente nas áreas de guarda do acervo e nos meios de armazenagem, como também cuidados com o acondicionamento e o uso adequado dos acervos, visando retardar a degradação dos materiais. É, pois, um tratamento de massa, feito em conjunto” (idem, ibidem).

O arquivo de uma escola tem por finalidade armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a administração e o ensino, assim como permitir o levantamento de dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual ela está inserida. [...] Esse tipo de acervo arquivístico representa um patrimônio documental, que integra a memória da instituição escolar que o gera e é parte da memória educacional brasileira [Bonato, 2000, p. 45].

A falta de interesse pela *preservação* de acervos escolares e o entendimento de seu uso como fonte para a pesquisa é uma preocupação de vários educadores. Geralmente, como vimos, as escolas não têm como uma prioridade salvaguardar seus registros documentais, sendo esse um dado do contexto escolar que deve ser considerado e analisado pelos pesquisadores da área de história da educação. As condições de acesso às fontes, quando disponíveis, constituem-se uma barreira para a pesquisa em história da educação; essa concepção pode ser verificada em Lüdke e André (1986), Lopes (1992).

Em geral as escolas não mantêm registro de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos. Quando existe algum material escrito, ele é esparso e conseqüentemente pouco representativo do que se passa no seu cotidiano. É evidente que esse fato também é um dado do contexto escolar e deve ser levado em conta quando se procura estudá-lo [Lüdke & André, p. 40]

Se por um lado, muitos querem livrar-se dos documentos, por outro lado, temos de louvar aqueles que a despeito das dificuldades como a falta de apoio oficial, recursos humanos, materiais e financeiros tentam proteger seus acervos da destruição e dão apoio à pesquisa científica. Se uma escola não me ofereceu nenhuma atenção, em outras – embora sem uma estrutura própria para a pesquisa acadêmica como, por exemplo, condições de fotocopiar documentos no local por falta de equipamento – no arquivo havia um local destinado à pesquisa com mesa e cadeira à disposição. Noutras, a reprodução dos documentos foi realizada com muita presteza pelos próprios funcionários, mediante a minha solicita-

ção. Esses são dados significativos que merecem ser relatados.

O *diagnóstico* do Pró-Documento detectou exemplos positivos como o caso de um diretor de uma escola que, embora soubesse que os diários de classe deveriam ser preservados durante cinco anos, orientou os funcionários da secretaria no sentido de mantê-los guardados por tempo indeterminado, pois os diários “contêm informações que comprovam o trabalho dos professores”. Outro caso exemplar, o de uma funcionária responsável pelo arquivo que era identificada, inclusive por membros do corpo docente, como alguém que tem “mania de papel velho”. Segundo ela, sempre houve pressões, “felizmente não atendidas pela direção, para a retirada dos documentos do arquivo e eliminação de parte deles” (Ribeiro, 1992, p. 55). É interessante destacar que em uma das minhas instituições educativas a denominação “arquivo morto” foi suprimida por sua diretoria adotando-se “Arquivo Permanente do Colégio Estadual Paulo de Frontin”.

Apesar do exposto, fica evidente que o descarte documental acontece de forma aleatória, assistemática, para desocupar espaço, sendo uma ação dos próprios profissionais das escolas e, geralmente, sem uma orientação técnica, seja ela qual for. Problemas graves detectados pelo citado *diagnóstico*, em relação aos arquivos escolares, foram: a eliminação indiscriminada de documentos por aqueles que deviam preservá-los e a perda por acidente ou negligência. Percebe-se que nem todas as escolas são receptivas à guarda e preservação da sua documentação, depende muito da direção daquele momento. Acredito que se deva fazer um trabalho de sensibilização com os profissionais de ensino sobre a importância da preservação e uso dos documentos dos arquivos de suas escolas, já que não temos ainda uma política eficaz de guarda e recolhimento dessa documentação, uma política arquivística oficial mais incisiva, que atenda ao clamor em torno da preservação desse tipo de acervo, como acontece com os arquivos médicos²¹.

21. Entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2005, aconteceu no Arquivo Nacional o “I Encontro de Arquivos Médicos: políticas, práticas e inovação”, com o objetivo de “discutir aspectos relacionados às políticas e ações voltadas à gestão da

Preservar significa conservar preventivamente a documentação, independentemente do seu suporte. E, aqui, recuperamos novamente a necessidade do diálogo trazida por Vidal entre arquivistas, historiadores da educação e informatas. Para esse diálogo, devem ser convidados também os profissionais da educação e os responsáveis pelas políticas públicas de proteção ao patrimônio documental, tendo em vista os arquivos escolares.

Preservar não significa guardar tudo, mas “avaliar” a documentação, descartando o desnecessário e criando condições mínimas de sobrevivência do suporte físico (materialidade) e da informação do documento. [...] A polêmica me parece maior em torno dos princípios da conservação e do descarte e é nesse sentido que o diálogo deve ser estabelecido prioritariamente [Vidal, 2000, p. 39].

O que falta para os arquivos das escolas, quando existem, é uma política arquivística orientadora de sua preservação e organização. Vasculhando o arquivo da Escola Rivadavia Correa, deparei-me com um documento que informava sobre a organização do arquivo daquela escola, na década de 70, sob a orientação de técnicos do Arquivo Nacional. O que estou dizendo é que a arquivologia não se encontra presente nas escolas enquanto saber específico no trato da documentação escolar. Sem dúvida nenhuma que esse fato só reforça a necessidade do diálogo proposto por Vidal, pois isso implica também no olhar sobre a formação do profissional arquivista, do pedagogo e dos professores. Como professora dos cursos de graduação em pedagogia²² e em arquivologia²³, dificilmente encontrei um aluno querendo fazer sua monografia de final de curso tendo como tema os arquivos escolares.

informação e da documentação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).” O evento foi promovido pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o Ministério da Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto de Cardiologia de Laranjeiras.

22. Desde 1995.

23. Desde 1997.

Uma parceria necessária

O fato é que essa quantidade de documentos que pode de forma sistematizada ser posta à disposição da comunidade acadêmica para o aprofundamento de estudos e pesquisas está em processo deterioração, em condições de guarda que dificulta seu manuseio e acesso tanto para o pesquisador externo quanto para a própria administração das escolas. Já que não há ainda uma política efetiva e oficial de gestão²⁴ e recolhimento²⁵ dessa documentação nas esferas de poder, tampouco um centro da educação para abrigá-la, algumas ações têm que ser tomadas. É fato inquestionável, a necessidade de sensibilizar autoridades e dirigentes das instituições educativas em torno da preservação dos arquivos escolares, assim como, envolver arquivistas, informatas e historiadores da educação na discussão. Mas, fazer um trabalho educativo envolvendo alunos e professores e toda a comunidade escolar na questão, é também uma outra iniciativa que deve ser tomada para tentar-se resolver as questões postas neste texto.

Na área acadêmica, iniciativa como a do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (NIEPHE/FEUSP), que realizou no período de 26 a 28 de julho o I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, merece aplausos. O encontro teve como objetivo “reunir as investigações e os trabalhos realizados e em andamento de forma a propiciar um espaço para trocas de experiência e reflexão teórico-metodológica”, referente ao trato da documentação desse tipo de acervo, como explicitado em sua chamada para participação no evento.

24. Gestão de documentos: “Aplicação de princípios de economia e eficácia na criação, manutenção e uso de documentos, além de sua eliminação. Tem como objetivo obter uma documentação que reflita, da maneira mais completa possível, tanto as políticas quanto as rotinas dos órgãos; visa, ainda, ao aperfeiçoamento e à simplificação de todo o ciclo documental, desde sua criação até a destinação final.” (Brasil, 1986)

25. *No Dicionário de terminologia arquivística*, encontramos a seguinte definição técnica de recolhimento: “Passagem de documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente” (1996, p. 64) .

Um outro caminho possível é que se estabeleça efetivamente um trabalho de parceria entre arquivo-escola/escola-arquivo. É sabido que o potencial didático-pedagógico do patrimônio documental contido nas instituições arquivísticas vem sendo pouco explorado pelas instituições escolares. Para Bellotto:

No que concerne aos serviços de assistência educativa, o papel dos arquivos tem sido pouco explorado entre nós, embora a pedagogia brasileira venha sendo renovadora e progressista. Porém, nos modernos métodos didáticos não foram incluídos os usos possíveis da documentação de arquivo [1991, p. 150].

Se por um lado, as escolas não estão indo aos arquivos, por outro não há, por parte dos arquivistas, um número significativo de projetos oficiais de assistência educativa a escolares. Ainda é a própria Bellotto quem nos impulsiona a pensar sobre a questão de que “a abertura dos arquivos públicos a um novo público – o escolar, o dos alunos – pode trazer benefícios didáticos surpreendentes” (idem, *ibidem*); destacamos alguns exemplos dessa parceria. Buscando dar visibilidade à sua função socioeducativa, o Arquivo Nacional do Canadá, desenvolveu alguns projetos com estudantes de escolas públicas daquele país, visando a valorização dos arquivos por parte de estudantes e professores, através do ensino de história. A importância e, na verdade, a existência do documento arquivístico era demonstrada, por exemplo, trabalhando-se temas referentes à história local; os documentos surgiam como pedras fundamentais para a aula (Blais & Enns, 1989/1990, p. 62). Nessa linha de ação, no nosso Arquivo Nacional, temos a *Revista do estudante*: a história através dos documentos: publicação para colaborar com o ensino da história do Brasil. Em sua apresentação, dizem os organizadores: “Queremos também colaborar com o ensino da história do Brasil na sala de aula. Por isso, escolhemos uma série de documentos para contar alguns momentos da história de nosso país” (2002, p. 3).

Outras instituições de memória, em um momento ou outro, também já desenvolveram projetos trazendo o estudante do ensino fundamental para o arquivo, como a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. O projeto “O Arquivo vai à escola”, por

exemplo, do Arquivo Público do Distrito Federal, teve como objetivo: “capacitar os professores da rede pública de ensino na utilização de documentos de arquivo no processo ensino-aprendizagem”; e, ainda, “divulgar, entre professores e estudantes, a importância dos arquivos não só como fonte para a história, mas também como instrumento para a construção da cidadania”. Tendo como eixo central “A ocupação do espaço no Distrito Federal”, a dinâmica de trabalho constituía-se da seguinte forma: a cada encontro utilizava-se um suporte documental diferente que abordasse o tema. Fotografias, documentos textuais, depoimentos orais e filmes do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal foram trazidos e discutidos à luz de textos teóricos. No final de cada encontro, era dado aos participantes um exercício elaborado a partir dos documentos explorados no dia. O curso teve ação multiplicadora; assim, ao seu término, os professores participantes apresentaram trabalhos para os colegas de suas regionais mostrando as diferentes formas de utilizar-se documentos de arquivo em sala de aula²⁶.

Acredito que isso possa também ser feito com documentos do próprio arquivo da escola, visando que se perceba a importância da documentação produzida e acumulada por ela, não apenas no concernente à necessidade administrativa, mas também, no seu caráter histórico-cultural. Se o estudante e o professor, referências da comunidade escolar, perceberem a importância dessa documentação como memória da escola, provavelmente ajudarão na sua preservação e compreenderão a importância da gestão documental e da implantação do “arquivo permanente”, dentro das condições existentes.

Os arquivos escolares devem ser otimizados dentro da própria escola através de projetos com a participação de todos. Pode ser um exemplo, a exposição realizada pelo Colégio Paulo de Frontin. Intitulada “80 anos de memória”, foi organizada a partir do próprio acervo do colégio, do grêmio estudantil, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Contou com a participação da direção, professores e alunos e a colaboração de ex-alunos e alunas, conforme o cartaz de sua divulgação. A

26. Conforme o *Boletim Informativo do Arquivo Público do Distrito Federal*.

exposição, realizada em 1999, foi uma demonstração de que o colégio, pelo menos com aquela diretoria, se preocupava em preservar sua história, apesar das dificuldades.

Ainda com Ribeiro, os arquivos escolares também podem ser usados no processo ensino-aprendizagem, nas aulas de várias disciplinas, para conhecer-se a realidade local onde a escola se situa, as ruas, o bairro, as famílias. Através dos dossiês de alunos, pode-se estudar a origem familiar, traçar o perfil dos alunos e suas modificações ao longo do tempo; dos álbuns fotográficos pode-se extrair as diferenças das indumentárias, os uniformes, visualizar práticas e elementos próprios da cultura escolar em determinado momento; apenas para citar algumas possibilidades de uso dessa documentação pela própria escola, pelo aluno, pelo professor. Provas, programas e relatórios podem nos proporcionar uma reflexão sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas ao longo do tempo, suas modificações e seus motivos. Para o autor:

O colégio que cria o seu museu, que envolve os seus alunos na organização de exposição, na coleta de depoimentos das pessoas mais velhas ou que, utopia possível, organiza o seu arquivo, pondo-o à disposição da comunidade em geral e da comunidade escolar em particular, este colégio está de fato contribuindo para a consolidação de valores essenciais para a formação da cidadania [1992, p. 63].

E segue, com seu pensamento, fazendo-nos a significativa indagação, transcrita a seguir, que nos leva à reflexão:

De outra parte, os alunos que aprendem a cuidar e a preservar tudo o que, material ou imaterial diz respeito a sua vida escolar ou não, como alguns dos seus livros e cadernos mais importantes, suas agendas, algumas redações e provas, não estará incorporando hábitos decisivos para a formação da sua personalidade e, desta forma, cultivando valores significativos da sua história de vida que a maioria de nós não aprendeu, na escola, a valorizar? [idem, *ibidem*].

Considerações finais

Esse texto é apenas uma contribuição que se abre à discussão. Pelo exposto, fica evidente que devemos lutar pela preservação e organização dos arquivos escolares, tendo em vista a sua função social e científica. Mas, quero registrar que, pela minha experiência com arquivos ao longo de vários anos²⁷, a situação apresentada não é exclusiva desse tipo de acervo.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. M. de. O cultivo de uma historiografia engajada com a história e a memória da educação brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Natal. *Anais...*, 2002.

ASSOCIAÇÃO dos Arquivistas Holandeses. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BLAIS, G.; ENNS, D. “Intensificando o ‘nobre sonho’: programação pública nos arquivos canadenses”. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, v. 4, n. 2, v. 5, n. 1. p. 55-68, 1989-1990.

BONATO, N. M. C. *A Escola Profissional Feminina através da imagem fotográfica*. Tese (Doutorado em educação, área temática: História, Filosofia e Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Memória da educação: preservação de arquivos escolares. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte: Editora Dimensão, v. 6, n. 35, set./out. 2000.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Manual de levantamento da produção documental*. Rio de Janeiro, 1986. (Publicações técnicas, 44.)

27. Desde 1985.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. Coordenação de Ana Maria de Almeida Camargo, Heloisa Liberalli Bellotto; colaboração de Aparecida Sales Linares Botani et al. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. (Coleção repertórios.)

LOPES, E. M. T. L. Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 6, 1992.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino.)

MATTAR, E. (org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MEDEIROS, R. H. A. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3., Vitória da Conquista. Anais... Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

PAULILO, A. et. al. Arquivo Fernando Azevedo: instrumentos e pesquisa em fonte primária. In: FARIA FILHO, L. M. de (org.). *Pesquisa em história da educação*: perspectivas de análise e objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. p. 201-208.

RIBEIRO, M. V. T. Os arquivos das escolas. In: NUNES, C. (org.). *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1992. p. 47-64.

SARAMAGO, J. *Todos os nomes*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, S. C. de A. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. (Centro de Memória, Comunicação Técnica, 1.)

SÓLIS, S. S. F. Documentos, fontes e arquivos. In: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. *Memória e educação*. Rio de Janeiro: IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. p. 53-63. (Caderno de ensaios, 1.)

SOUSA, J. V. A. Arquivo escolar: fonte de pesquisa histórica. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte: Editora Dimensão, v. 4, n. 22, p. 15-27, jul./ago. 1998.

VIDAL, D. G. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, L. M. de (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias*: ques-

tões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, 2000. p. 31-43. (Coleção memória da educação.)

XAVIER, L. N. Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2000.

Endereço para correspondência
Nailda Marinho da Costa Bonato
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Centro de Ciências Humanas e Sociais,
Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos.
Av. Pasteur, n° 458, sala 408 – Urca
Rio de Janeiro-RJ
CEP: 22290-240
ppg_edu@unirio.br

Recebido em: 1 set. 2005
Aprovado em: 10 dez. 2005